



**Requerimento nº 24/2010
(Da Dep. Iriny Lopes)**

Requeremos, nos termos regimentais a realização de **audiência pública** para discutir o decreto presidencial 7056 de 26/12/2009 que dispõe sobre a Reforma da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sua implementação, questionamentos favoráveis e desfavoráveis ao decreto e impactos as comunidades indígenas.

Justificativa

A CDHM tem como função institucional propor, avaliar, debater, receber e encaminhar questões que envolvam as comunidades indígenas. Em se tratando da reforma da FUNAI, um decreto presidencial de nº 7056 foi assinado em 28/12/2009.

Sobre o decreto cabe debater: o que muda? o que se extingue? quais os ganhos efetivos para as comunidades indígenas? como foi o debate com as etnias sobre a reforma anteriormente? como está se dando as negociações atualmente com os indígenas?

É sabido que a respeito do decreto há posições controversas, inclusive já nesta casa um projeto de decreto legislativo - PDL proposto pelo Dep. Carlos Hauly - 2393/2010 que propõe anular o decreto presidencial acima citado. Por isso, se faz necessário uma discussão madura e aprofundada que dê conta de ouvir as posições contrárias no meio das entidades indigenistas, indígenas e comunidades, bem como ouvir o Ministério Público Federal – 6ª câmara que é o órgão de defesa dos povos indígenas e o Poder Executivo enquanto gestor e responsável pela política indígena.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



A audiência servirá para ouvir as críticas e os acertos, mas principalmente para acolher proposições e verificar se de fato o decreto em questão oferecerá uma melhoria na qualidade de vida dos índios e se este colabora ou não na efetividade dos seus direitos humanos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010

Deputada Iriny Lopes-PT/ES